

1647-6506

2 | JUNHO | 2010

CADERNOS

CURSO
DE DOUTORAMENTO
EM GEOGRAFIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento

Resumo

As paisagens rurais têm sofrido, ao longo dos últimos anos, transformações acentuadas. Se, na verdade, desde sempre a agricultura desempenhou um papel importante na dinâmica das paisagens, contribuindo para a “construção” das mesmas, não é menos verdade que a agricultura é cada vez mais apenas uma das actividades do mundo rural.

Na Europa tem-se vindo a consolidar o carácter multifuncional das paisagens rurais em geral, e da actividade agrícola em particular. Ao se falar da multifuncionalidade da agricultura, está-se a considerar que a actividade agrícola desempenha outras funções além da produção de bens agrícolas e agro-alimentares. Esta actividade não está direccionada apenas à pura competitividade de produção; desempenha um papel essencial para o desenvolvimento das áreas rurais ao preservar, por exemplo, os bens e tradições culturais.

O concelho de Figueira de Castelo Rodrigo é um território eminentemente rural. Nas últimas décadas tem-se defrontado com problemas que caracterizam a maioria dos concelhos do interior de Portugal. Partindo das características biofísicas e humanas do concelho em estudo, elaborou-se uma proposta de modelo de ordenamento do território, o qual tem na sua base o conceito de multifuncionalidade dos espaços.

Palavras-chave: multifuncionalidade, paisagens rurais, desenvolvimento

Abstract: Throughout the last years, the rural landscape has been severely altered. Agriculture always played an important role in establishing the dynamics of the landscape, allowing it to contribute to its “construction”. Nowadays, agriculture has become just one of the activities of the rural world.

In Europe, it has been reinforced the multifunctional character of rural landscapes, especially in what concerns agriculture. When we speak about multifunctionality in agriculture, we are considering that the agricultural activity comprises other functions other than the production of agricultural and agro-industry goods. This activity is not just directed at the pure competitiveness of the production but rather plays an essential role for the development of rural areas by preserving, for instance, the culture and traditions of the people.

The Council of Figueira de Castelo Rodrigo is predominantly a rural territory. In the last few decades it has been facing some of the problems that characterize most of the Portuguese interior regions. Beginning at the biophysical and human characteristics of this Council, a new proposal for resource planning and development was established, having in mind the concept of spaces multi-functionality.

Keywords: multifunctionality, rural landscapes, development

1. Geografia e paisagem

Antes de abordar as dimensões da multifuncionalidade dos espaços rurais e das paisagens que lhe são associadas, porque não recordar brevemente o que representa na actualidade a própria paisagem para a geografia? Da hegemonia da paisagem nos estudos geográficos até há cerca de 50 anos, passou-se a um apagamento quase total nos tempos da “nova geografia”. Até o reencontro tímido,

acompanhado pelas pesquisas da arquitectura ou da sociologia. Depois cada vez mais intenso, ao longo dos últimos 20 anos, ao sabor das políticas ambientais e de ordenamento do território (Bertrand, 2002). Mas agora o movimento está lançado: as sociedades ocidentais, doravante paisagistas, desafiam os geógrafos sobre as questões da paisagem. Caracterização e inventários, elaboração de atlas e criação de observatórios, metodologias participativas para a gestão das paisagens “tradicionais” e a construção das “novas”, são os principais elementos da panóplia ao alcance da geografia. A mobilização em torno da paisagem abrange não só a geografia como as comunidades científicas de várias disciplinas naturais e sociais, participando nos debates paisagísticos ao lado das instituições do ordenamento, e, *last but not least*, da população que “habitam” as paisagens.

Afinal, e sem percorrer os árduos caminhos teórico-metodológicos sobre o assunto, o que dizer sobre a paisagem? A paisagem surge, simplesmente, quando o olhar de qualquer homem ou mulher se poussa sobre um território. A paisagem emerge então na sua materialidade através do filtro sócio-cultural da pessoa “olhando”. A partir deste olhar inicia-se um processo de representação no diálogo entre um sujeito que olha e o objecto olhado. Mas a paisagem não depende só do olhar, mas sim, de todos os sentidos que nos relacionam com o território. De um modo singelo, a Convenção Europeia da Paisagem (2000) define a paisagem como a “parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos” (art 1º). Na dimensão paisagística do território, apreende-se de imediato a interface entre natureza e sociedade. De modo particular na Europa, os espaços rurais são lugares privilegiados para apreender a diversidade paisagística, o que equivale dizer, a diversidade dos territórios.

Contudo, trata-se de um conceito complexo que pode ser definido a partir de múltiplas perspectivas. No estudo de Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental (Cancela d’Abreu *et al*, 2004), a paisagem é considerada como “um sistema dinâmico, onde os diferentes factores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular, nomeadamente de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, que lhe confere uma certa unidade e à qual corresponde um determinado carácter”.

Nos debates sobre o espaço rural, distinguem-se três figuras muito ligadas entre si, e de grande actualidade para uma contextualização à escala de Portugal¹: o espaço “recurso”, dos sistemas de produção e dos respectivos produtores que participam na dinâmica paisagística; o espaço “quadro de vida”, cenário de todas as modalidades mais ou menos densas da chamada *ocupação dispersa*²; o espaço “natureza”, numa nova visão sistémica que integra os recursos, os quadros de vida e todas as funções biofísicas da natureza “clássica”, tal como se entende na sua contraposição com a cultura. A paisagem rural, como recurso, quadro de vida e interface entre natureza e cultura, integra-se perfeitamente nestas três figuras.

As paisagens rurais de Portugal ainda se identificam com os tempos em que a maioria da população familiar vivia da actividade agrícola. Desde os anos 1980, vai diluindo-se a relação outrora estreita entre a actividade produtiva agrícola e a construção e manutenção da paisagem. Nos momentos de hoje, marcados por mudanças sociais e territoriais aceleradas, a paisagem que gostamos de ver e sentir, com os seus sons e cheiros, é a paisagem do património natural e cultural, testemunha de um sistema de produção e de uma vida social já muito alterados. Mas esta paisagem está a fundir-se com “outra”, que vai surgindo ao ritmo da transformação da sociedade local, integrando cada vez mais elementos característicos da vida urbana: casas novas com os seus jardins bem cuidados, loteamentos, prédios, comércio atractivos, rotundas, etc. A paisagem rural patrimonializada e em recomposição também é o quadro de vida quotidiano da população local. A multifuncionalidade das paisagens inicia-se precisamente aqui: sobrepõe-se a paisagem patrimonial (*outstanding landscape*), com alto valor estético e fortemente identitário, e a paisagem quotidiana (*ordinary landscape*), cenário percorrido e percebido, no dia-a-dia, pelos habitantes.

O complexo relacionamento entre os valores patrimoniais e as valências da vida quotidiana contribui para o facto de a paisagem ser um potente construtor de identidades para os habitantes dos espaços rurais. Assim, nas paisagens rurais, articulam-se três grupos de recursos identitários (Clementi, 2002; Domingues, 2003):

1. Segundo a introdução de P. Perrier-Cornet (org), 2002

2. *Sociedade e Território* nº 42

1. Os recursos histórico-culturais, ligados à matriz histórica do território, onde se lê a espessura do tempo através de um sistema de objectos, geralmente edifícios e monumentos. A proliferação de Rotas culturais, elaboradas à escala de um ou vários municípios, são os sinais mais vivos da importância destes recursos nas áreas do interior;

2. Os recursos ecológico-naturais, fundamentalmente constituídos pela interligação entre os sistemas hidrológicos, geomorfológicos, bioclimáticos e vegetais no território. Nos últimos 15 anos, muito se tem trabalhado também na inventariação do património geológico, geomorfológico e botânico. A divulgação local destes estudos reforça pouco a pouco a sensibilização da população para a necessária integração da gestão do ambiente nos objectivos de desenvolvimento dos territórios. Ou seja, os habitantes tendem doravante para uma maior participação nas questões paisagísticas;

3. Os recursos sociais e simbólicos, que assentam no valor atribuído à paisagem. Não só no que se refere às paisagens emblemáticas para a memória e identidade colectiva de uma região ou nação. Mas também no valor atribuído pela população local, que incorpora tanto as práticas de uso dos solos, como as formas de percepção e da afectividade que liga as pessoas aos seus quadros de vida (Bigando, E, 2006) .

“Do conhecimento das paisagens para a acção paisagística” foi o tema de um importante colóquio internacional ocorrido em 2004 em Bordéus³. Mostrou, à escala europeia e da Convenção de 2000, o aumento qualitativo da investigação e a importância das políticas territoriais para a evolução das paisagens. Toda a problemática actual da análise paisagística concentra-se em quatro esferas: a caracterização (estrutura e articulação das componentes), a dinâmica (evolução histórica e mudanças actuais), a percepção (instituições, população, valor e imagem cultural) e os projectos (das políticas centrais de ordenamento aos projectos locais) (Bertrand, 2002; Olmo, 2009). Resta a investigação aprofundar os conhecimentos de cada nível, de modo a que as paisagens rurais não acabem na gaveta de uma patrimonialização desligada da procura social dos territórios.

3. *De la connaissance des paysages à l'action paysagère*, 2-4 Décembre 2004, Bordeaux, Ministère de l'Écologie et du Développement Durable/CEMAGREF.

2. Multifuncionalidade da paisagem rural⁴

A paisagem rural é uma construção social condicionada pelas condições naturais, mas continuamente transformada pela actividade humana: a agricultura, silvicultura, urbanização, etc. Mas os sistemas agrícolas tradicionais e sua evolução ainda são responsáveis pela estrutura (e transformação) da paisagem rural.

Actualmente, as áreas rurais e, conseqüentemente, as paisagens rurais encontram-se num cruzamento de importantes mudanças (figura 1).



FIGURA 1 – DINÂMICAS E FUNÇÕES DO ESPAÇO E PAISAGEM RURAL

De entre estas alterações apontam-se como principais, o êxodo rural, a diminuição e o envelhecimento populacional, a insolvência dos modos agrícolas tradicionais e a terciarização da economia, a falta de emprego, a inexistência de circuitos comerciais competitivos para fazer chegar aos mercados os produtos da actividade agrícola.

Por outro lado, verifica-se um interesse crescente pelo rural. A procura do espaço rural, quer como alternativa residencial, quer como alternativa turística, aparece associada às ideologias que promovem a fuga à cidade: o espaço rural

4. Este tema foi escrito tendo, essencialmente, como referencia bibliografia artigos da autoria ou coordenação de Teresa Pinto-Correia

e a sua paisagem lembra, acima de tudo, a tranquilidade, o ambiente natural e a liberdade, a harmonia e a qualidade de vida.

De um espaço essencialmente de produção agrícola para auto consumo até há umas décadas atrás, as paisagens rurais europeias transformaram-se progressivamente em espaços abertos de consumo, em que o padrão de uso do solo não é só dominado pela agricultura. Fala-se assim em multifuncionalidade da paisagem, uma vez que à função de produção, se juntam agora funções não directamente produtivas.

De acordo com Teresa Pinto-Correia, “por funções entendem-se os bens e serviços suportados por uma paisagem e que respondem às necessidades, procuras e expectativas do Homem, no sentido lato, sendo por isso valorizadas pela sociedade. Algumas têm um valor de mercado (produção agrícola, produção florestal), e correspondem a comodidades (*commodity*). Outras são amenidades, que correspondem a bens e serviços públicos, para os quais não existe mercado ou este não funciona satisfatoriamente (recreio, conservação da natureza, identidade, qualidade de vida, preservação dos recursos ambientais...)” (Pinto-Correia, 2008)

Embora a multifuncionalidade do espaço rural tenha surgido como paradigma das políticas agrícolas, o mesmo conceito aplicado à paisagem é mais abrangente, e pode ser explorado por muitos mais actores; dela se esperam novas funções dos vários utilizadores: os proprietários e os agricultores, os caçadores e os pescadores, os visitantes e os próprios habitantes... Baseia-se na reinterpretação do papel da agricultura para o desenvolvimento rural, e na mudança da função dos chefes de explorações, integrados cada vez mais no vasto grupo de gestores da paisagem, num espaço rural que além de espaço de produção é cada vez mais um espaço de consumo imaterial. A procura social de funções diversas suportadas pela paisagem rural tem vindo constantemente a aumentar.

Neste âmbito, a multifuncionalidade é utilizada como um conceito analítico, que permite proceder à avaliação das funções suportadas por uma determinada paisagem, num determinado momento, e de que forma essas funções se potenciam mutuamente ou estão em conflito. Sem esquecer, no entanto, que nos fundamentos da multifuncionalidade, encontram-se os dois sub-sistemas da paisagem: o material, com os seus objectos biofísicos ou arquitectónicos, e o mundo cultural da percepção e representação.

A construção e gestão da paisagem rural têm dependido sobretudo da intervenção da actividade de produção agrícola e florestal que, ao longo dos séculos, alteraram as características biofísicas naturais. Numa crescente globalização de mercados, em certas áreas, esta produção apresenta condições para se manter, devido à sua rentabilidade; noutras áreas, vê-se confrontada com algumas dificuldades, o que leva a uma progressiva extensificação ou mesmo abandono da actividade. À medida que se verifica o aumento da procura, nestas últimas áreas, de outras funções tais como a caça, residência secundária, qualidade de vida..., convém compreender não só o que condiciona esta procura na paisagem (ao que os vários utilizadores dão importância), mas também compreender que papel tem o sector de produção para a manutenção dessa procura. A avaliação e articulação entre funções é fundamental, uma vez que define a forma como as funções da paisagem evoluem influenciadas umas pelas outras.

Assim sendo, o conceito de multifuncionalidade da paisagem, assume particular interesse e importância quando o objectivo é caracterizar a paisagem com vista à definição de orientações para o seu ordenamento.

São ainda escassos os estudos da multifuncionalidade da paisagem. Refira-se, no entanto, e a título de exemplo o “Estudo da Paisagem de Óbidos”, onde a multifuncionalidade da paisagem foi analisada ao nível da situação actual e da situação potencial deste concelho. A análise e comparação permitiu identificar todo um conjunto de orientações para a gestão mais sustentável.

3. Multifuncionalidade: a valorização de uma leitura, o nascimento de um conceito

Quando se diz que o espaço rural é multifuncional, está-se a reconhecer que a actividade agrícola não é a única que outras funções não-agrícolas fazem parte da sua organização.

Embora a agricultura tenha sido sempre, ou quase sempre, o elemento definidor dos espaços rurais e o principal elemento de paisagem destes mesmos espaços, paralelamente, e muitas vezes sobrepondo-a em importância, outras funções foram e são desempenhadas pelo meio rural. Contudo, a multifuncionalidade do espaço rural, bem como da actividade agrícola,

foi esquecida, ou deixada de lado, por um longo período de tempo. Este “esquecimento” inicia-se após a guerra com a industrialização e a implementação do modelo de produção capitalista. Pressionado por condicionais sócio-económicos o agricultor procura aumentar a produtividade dos seus campos e maximizar os resultados da sua actividade. A este respeito, escreve Francisco Caldeira Cary: “Os modelos de sistemas agrícolas evoluíram de acordo com preocupações exclusivamente tecnocratizantes, procurando a maximização da produtividade da terra e do trabalho sem qualquer preocupação em relação à paisagem e aos equilíbrios naturais, à defesa do ambiente e à valorização do seu potencial económico como factor de competitividade e promoção de qualidade de vida. Acentuaram-se as intervenções atroficas, através do aumento das incorporações de adubos e produtos fitofármacos, da mobilização de solos em situação de declive acentuado e equilíbrio instável, da florestação indiscriminada, do aumento das áreas de regadio e da drenagem dos solos sem avaliação dos respectivos impactos ambientais e de ordenamento, do desbaste de zonas arborizadas para permitir a introdução da máquina, da eliminação das sebes ou plantações de bordadura. Todas estas intervenções produziram alterações profundas no equilíbrio dos sistemas agrícolas e provocaram transformações das paisagens, afectando directa ou indirectamente as condições de vida de outros grupos sociais.” (Cary, 1997, p.61)

O agravamento dos problemas sócio-económicos e ambientais, resultantes deste modelo produtivista, começa a colocá-lo em causa. Aos poucos, a sociedade reconhece que a agricultura exerce um papel bastante específico no processo de desenvolvimento. O enfoque deixa de ser a produção e passa a ser as outras funções desempenhadas pelo meio rural e pela actividade agrícola, não apenas as económicas como também as funções ambientais, sociais e culturais. Há, assim, o reconhecimento que a actividade agrícola é multifuncional ou produz um conjunto de bens suplementares dos produtos. A noção de multifuncionalidade tenta recuperar a importância do conjunto de contribuições da agricultura e do agricultor para a dinâmica económica, social e cultural dos territórios; contribuições essas que já faziam parte da prática camponesa e que foram subalternizadas pelo modelo produtivista.

Em 1998, a OCDE define a multifuncionalidade constatando que: “para além da sua função primária de produção de alimentos e fibras, a actividade agrícola molda a paisagem, fornece benefícios ambientais como a conservação

do solo, a gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e a preservação da biodiversidade, e contribui para a viabilidade socio-económica de muitas áreas rurais. A agricultura é multifuncional quando tem uma ou várias funções para além do papel primário de produção de alimentos e fibras.”(Carvalho, 2004,p.4)

Referente a esta nova visão das áreas rurais, a Convenção AgriCultural Europeia reconhece a importância que, desde sempre, as áreas rurais (as quais ocupam mais de quatro quintos da superfície terrestre da Europa, e onde vive quase metade da sua população) tiveram no fornecimento de alimento, madeira e energia à população em geral. No entanto, alerta para a mudança dos papéis dos agricultores e silvicultores, para o facto de a agricultura já não ser a força dominante da economia de muitas áreas rurais. Para além de produzirem alimentos e madeira, “os agricultores e silvicultores de muitas regiões serão vistos como fornecedores de recursos para iniciativas de valor acrescentado ao nível da economia rural, como fornecedores de espaço e de oportunidades para empresas não agrícolas e para actividades de lazer e turismo, como produtores de energias renováveis e como “feitores” da paisagem e do património natural e cultural. (...)” (CAE, 2002).

Num estudo realizado pela Universidade de Évora em 2006, sob a coordenação de Teresa Pinto-Correia, sobre o abandono em Portugal Continental, são aludidas algumas vantagens em se considerar a multifuncionalidade como um atributo do espaço ou do território rural, para além da agricultura, mas incluindo-a (figura 2):



FIGURA 2 – VANTAGENS DA MULTIFUNCIONALIDADE (SEGUNDO PINTO-CORREIA, 2006, p.8)

Ao analisarmos as vantagens da multifuncionalidade, não podemos analisar cada uma *per se*, em virtude de elas se encontrarem interligadas.

Como já foi referenciado, as áreas rurais têm vindo a sofrer mutações significativas. Uma das consequências dessas mudanças é o desaparecimento da relação directa existente entre a paisagem rural e a produção agro-pecuária e florestal. A abordagem multifuncional do espaço rural permite definir o “novo” papel da agricultura na sociedade actual.

Os agricultores criam muitas vezes bens públicos valorizados pelas sociedades, mas que não são suficientemente remunerados pelo mercado. Tais bens públicos podem incluir protecção ambiental, conservação da biodiversidade, fertilidade dos solos e qualidade da água, preservação da paisagem, segurança alimentar, saúde animal e vegetal, e desenvolvimento rural. Actualmente, são atribuídas, além da função económica, funções ambientais, sociais e de segurança alimentar.

As áreas rurais deixaram de estar ligadas, exclusivamente, ao sector agrícola, cada vez mais representam realidades múltiplas, nas quais a agricultura tem de coexistir com outros usos do solo e outros interesses

Deste modo, as áreas rurais não são exclusivas dos agricultores e até estes desempenham novas funções.

Face ao exposto, a dinâmica de algumas áreas rurais pode basear-se noutras actividades que não a agricultura e, desta forma, garantir a sua “sobrevivência”. Certas áreas podem perder capacidade competitiva a nível de produção, o que vai originar uma diminuição da mesma. No entanto, essas mesmas áreas podem desenvolver funções como suporte de recreio, conservação da natureza, qualidade ambiental e preservação do património, as quais são progressivamente mais valorizadas. Nem todos os espaços rurais serão de futuro espaços produtivos, mas outras funções que não a produção agrícola podem justificar a manutenção da própria agricultura. Tal não justifica que a agricultura deixe de ser uma actividade económica, mas que o rendimento é gerado de outras formas, ligadas à procura pós-productivista do espaço rural.

Se analisarmos a multifuncionalidade na perspectiva da variedade de produtos que a actividade agrícola é capaz de fornecer à sociedade, constatamos que esta actividade produz bens alimentares e não alimentares (ex: energia); bens primários e bens transformados; bem estar material e bem estar imaterial (conservação do solo, biodiversidade...); bens públicos (paisagem, cultura, ambiente...) e bens privados; bens comercializáveis e bens não comercializáveis (figura 3)



FIGURA 3 – PRODUTOS FORNECIDOS PELA ACTIVIDADE AGRÍCOLA

Os bens públicos produzidos pela multifuncionalidade da actividade agrícola resultam da acção de políticas implementadas por agentes económicos privados. Desta forma, as paisagens rurais são o resultado da acção de agentes económicos privados, numa estrutura produtiva privada, mas são um bem público, em virtude de todos beneficiarem dela não só no presente, como também no futuro. Uma parte dos bens produzidos são bens não comercializáveis, como é exemplo o bem-estar.

Da multifuncionalidade da agricultura resulta um conjunto variado de benefícios: benefícios para a comunidade rural (manutenção das tradições culturais, mercados locais de produtos e factores de produção, empresas agrícolas familiares...); benefícios ambientais (regulação hidrológica, protecção dos solos...) e outros benefícios à escala nacional (conservação da paisagem rural, segurança alimentar...).

4. A Multifuncionalidade e as políticas públicas europeias

Neste ponto, apenas se pretende fazer uma breve referência aos principais documentos das políticas públicas europeias, no que concerne à multifuncionalidade (quadro 1).

ANO	DOCUMENTO
1988	<ul style="list-style-type: none"> • “O Futuro do Mundo Rural” • “Formulation de la Politique Rurale Nouvelles Tendances”
1992	<ul style="list-style-type: none"> • 1ª Reforma da PAC
1999	<ul style="list-style-type: none"> • Lei de Orientação Agrícola – Contratos Territoriais de Exploração • Agenda 2000
2005	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias comunitárias para a política de desenvolvimento rural 2007/2013

A primeira referência à multifuncionalidade das áreas rurais, no contexto europeu, é feita pela Comissão Europeia, quando, em 1988, na sua comunicação “O Futuro do Mundo Rural”, considera que “as áreas rurais não são apenas lugares onde as pessoas vivem e trabalham, mas desempenham ao mesmo tempo funções vitais para a sociedade como um todo.” (Figueiredo, 1999, p. 265). Este documento introduz, explicitamente, um forte sinal simultaneamente ecológico e ruralista, com o claro propósito de criar opinião no sentido da complementaridade e inter-relações entre os sistemas que giram em torno do meio rural.

No mesmo ano, e seguindo a mesma linha de pensamento, a publicação da OCDE “Formulation de la Politique Rurale Nouvelles Tendances”, constata que o modelo de desenvolvimento exclusivamente economicista se esgotou e que a sociedade pede novas funções ao mundo rural e à agricultura.

Contudo, é apenas com a Reforma da PAC, em 1992, que se inicia o debate da multifuncionalidade juntamente com os temas do desenvolvimento rural e sustentabilidade. Nela são anunciados, pela primeira vez, os princípios e os objectivos de desenvolvimento rural: *a preservação da face rural da Europa, a multifuncionalidade* como perspectiva futura de encarar a actividade agrícola⁵, *o carácter necessariamente integrado das futuras políticas dirigidas ao mundo rural,*

5. Ou seja, o desempenho do agricultor na exploração de outras funções associadas à sua actividade para além da produção de bens alimentares, como a preservação do ambiente e da paisagem rural, o contributo para o desenvolvimento local e o ordenamento do território. Este conceito atribui à agricultura um papel fundamental na protecção do ambiente e da paisagem rural, contribuindo de uma forma geral para o desenvolvimento rural e o ordenamento do território

assumindo-se a necessidade de incentivar a diversificação da sua base económica, afirmando-se que o desenvolvimento rural não depende exclusivamente do sector agrícola. Anunciam-se, igualmente, medidas destinadas a incentivar o agricultor a recorrer a práticas culturais respeitadoras do ambiente, a afectar terras agrícolas a um programa de arborização a longo prazo e a melhorar o regime existente da reforma voluntária antecipada; medidas direccionadas para o novo conceito relativo à agricultura, a sua multifuncionalidade.

Estes assuntos deixaram o campo das discussões para passarem para o campo prático em 1999, em França, através da elaboração e implantação dos *Contratos Territoriais de Exploração*.

De facto, este país foi um dos primeiros a adoptar o conceito de multifuncionalidade como política pública concreta e imediata ao criar os chamados “Contratos Territoriais de Exploração”, que representam uma forma contratual de compensar os agricultores que perderam ganhos ao proporem um modelo diferenciado de uso dos recursos naturais da sua propriedade com vista à protecção do seu património natural, social ou cultural.

A lei que criou este instrumento foi a Lei de Orientação Agrícola (LOA), de 1999; e determinou, no artigo 1º, “ (...) A política agrícola leva em consideração as funções económicas, ambientais e sociais da agricultura e participa da gestão do território, com vista a um desenvolvimento sustentável”. Mais adiante, no artigo 4º, retrata a filosofia multifuncional deste contrato, pois, “ ao reconhecer e atribuir à agricultura outras funções que não as estritamente económicas, a lei confere uma legitimidade social à multifuncionalidade da actividade agrícola”.

Esse novo instrumento jurídico marca uma opção legislativa de elaboração, aplicação e direccionamento das políticas públicas aos agricultores, ao mundo rural e aos territórios. Com a nova lei de orientação, a agricultura vai para além do seu papel apenas estritamente económico, leva em conta uma realidade complexa na qual assegura, por um lado, uma função social graças à criação e manutenção de empregos, e daí também a ocupação equilibrada do território, e por outro lado, uma função ambiental decorrente da preservação e renovação dos recursos naturais e paisagísticos.

A *Agenda 2000* sobre a segunda reforma da PAC (1999), paralelamente à adopção de medidas de mercado e ao cumprimento das exigências de uma agricultura europeia competitiva, tem em conta as diversas necessidades do mundo rural, as expectativas da sociedade actual e os imperativos ambientais.

Estas preocupações encontram resposta na nova política de Desenvolvimento Rural, a qual se tornou o “segundo pilar” da PAC, demonstrando uma vontade da política comunitária em dar maior importância à visão integrada do rural.

O “segundo” pilar da PAC, é considerado um complemento às reformas da política de mercados, através de outras acções que promovam uma agricultura competitiva e multifuncional, no contexto de uma ampla estratégia de desenvolvimento rural. Enquanto elemento fundamental do modelo agrícola europeu propõe-se estabelecer um quadro coerente e durador, que garanta o futuro das zonas rurais e contribua para a manutenção e criação de empregos. Dois dos seus quatro princípios base são a multifuncionalidade da agricultura e a abordagem multisectorial e integrada da economia rural.⁶

A natureza multifuncional das áreas rurais está, assim, reconhecida pela Comissão Europeia.

A política agrícola da União Europeia tem-se voltado cada vez mais para uma política de desenvolvimento rural, de um “equilíbrio entre valores económicos, sociais e ecológicos.” Ainda que a agricultura continue a ser o “coração” da economia rural, em muitas áreas ela já não constitui a sua força motora, os empregos não-agrícolas são dominantes e os agricultores são ocupados cada vez mais em tempo parcial.

O contexto estratégico comunitário para a política de desenvolvimento rural, no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013, foi definido pelo Regulamento do Conselho nº 1698/2005, de 20 de Setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – FEADER.

O modelo de desenvolvimento rural sustentável tem vindo a consolidar o carácter multifuncional da agricultura e dos sistemas agro-florestais exigindo que estes se afirmem, com racionalidade económica, numa tripla valência: económica – produtora de bens de mercado; ambiental - gestora de recursos e territórios; e social – integradora de actividades e rendimentos. Num contexto de exigência crescente, o desenvolvimento rural terá, assim, de assentar numa actividade agrícola e florestal economicamente competitiva, ambientalmente equilibrada e socialmente atractiva. Consequentemente, o aumento da competi-

6. Os outros dois princípios são a flexibilização dos apoios ao desenvolvimento rural e a transparência na elaboração e gestão dos programas.

tividade dos sectores agrícola e florestal, o correcto ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais surgem como objectivos inquestionáveis para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável.

5. A multifuncionalidade no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo

Tendo presente que a multifuncionalidade é cada vez mais um meio para as áreas rurais se desenvolverem, que é necessário a integração das dimensões económica, social e cultural, bem como o reconhecimento de que o desenvolvimento se apoia em pessoas, em comunidades rurais dinâmicas, elaborou-se uma proposta de ordenamento do território, com vista ao desenvolvimento do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

Este concelho situa-se no extremo Nordeste da região da Beira Alta (Região Centro de Portugal, sub região da Raia Central), numa área de transição entre o Norte e Centro do país. Pertence ao distrito da Guarda. É delimitado a Norte pelo Rio Douro, a Este e Sudeste pelo Rio Águeda e a Oeste pelo Rio Côa. De acordo com a classificação da OCDE, é um concelho predominantemente rural.

5.1 - Enquadramento geral

Segundo o último recenseamento da população (2001), residiam neste concelho 7158 indivíduos, enquanto em 1960, o número de residentes era de 13237. Esta tendência para o decréscimo da população revela-nos que este concelho se encontra num processo de potencial “desertificação” humana. Além da população ter diminuído, ao longo dos últimos 40 anos, a sua estrutura etária tem vindo a apresentar claros sinais de envelhecimento. A população jovem representava, em 1960, 27% do total, enquanto a idosa era de 10%. A maioria dos indivíduos (48%) tinha idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos. Em 2001, somente 12% eram indivíduos com idade inferior a 14 anos, sendo a população idosa de 30%. É o grupo etário dos adultos que continua a ter maior percentagem de população (46%). Quanto à estrutura da população

activa, em 1981, 49% da população exercia uma actividade ligada ao sector primário, nomeadamente a agricultura. Na década seguinte, este mesmo sector permanece fundamental na economia desta região, pois continua a empregar 40% da população activa.

Em termos topográficos, as altitudes médias deste concelho oscilam entre os 620 e os 750 metros, atingindo a sua maior expressão no cume da Serra da Marofa com os seus 976 metros e a menor em Barca de Alva com 142 metros. É um concelho com declives pouco acentuados. Os maiores encontram-se nos vales dos rios Côa e, sobretudo, Águeda, bem como na área envolvente da Serra da Marofa. A nível climático, pode-se considerar que, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, cruzam-se diversas influências: *influência continental* revelada pelas acentuadas amplitudes de oscilação térmica; *influência mediterrânea* a qual se faz sentir, sobretudo, na época estival, revelada pelo calor e secura; *influência atlântica* de onde derivam as massas de ar vindas do oceano e que dão origem aos valores pluviométricos registados durante a estação fria. As influências climáticas reflectem-se na flora existente nesta zona. Identificam-se: *espécies de influência mediterrânea*, como é o caso dos *Quercus* de folha perene (sobreiro, azinheira), do loureiro, da urze, alecrim, tomilho, ...; *espécies da Europa média*, onde está patente o elemento atlântico. Fazem parte deste grupo as árvores de folha caduca (carvalho negral, castanheiro, vimeiro, amieiro, freixo, choupo, plátano bastardo), giestas, fetos, tojo e as silvas das sebes.

5.2 - Actual ocupação do solo

Ao observar o mapa da figura 4, o qual ilustra a ocupação do solo no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, tal como é representada no produto CLC 2000 ao nível 3 da sua nomenclatura, verifica-se que as duas classes mais representativas pertencem a ocupações agrícolas e florestais.

O INE, através dos Recenseamentos Gerais da Agricultura, e a ex-DGF também distinguem várias formas de ocupação do solo e as suas respectivas áreas (Quadro II). Apesar das terminologias, bem como os dados dos dois organismos não serem coincidentes, destacam-se dois aspectos que os números quer do INE, quer da ex-DGF, traduzem de forma concordante e que vêm ao encontro da ideia formada a partir da observação e análise do mapa acima mencionado: actualmente, as principais formas de ocupação do solo,

INE - 1999			DGF - 1995/98		
	ha	%		ha	%
SAU	29030	54,8	Agricultura	22778	44,5
Matás e florestas	1947	3,8	Floresta *	6008	11,7
Superf. agric. não utilizada	114	0,2	Incultas	20676	40,4
Outras formas de exploração/ocupação	21090	41,2	Improdutiva	1365	2,7
			Social	135	0,3
			Águas interiores	215	0,4
Área total do concelho	51181		Área total do concelho	51181	

QUADRO II - FORMAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO, NO CONCELHO DE FIG. DE CAST. RODRIGO (SEGUNDO O INE E A DGF)

*Na realidade, apenas 5312 ha estão ocupados por povoamentos. Dos restantes 706 ha, 491 são referentes a áreas ardidas e 205 outras áreas arborizadas Fonte: INE - *Recenseamento Geral da Agricultura*, 1999; ex-DGF - *Inventário Florestal Nacional*, 1995/98.

5.3 – Proposta de ordenamento do território para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo

Com a diminuição do efectivo populacional, rarefacção dos agricultores, conseqüente redução das actividades agrícolas e «desertificação» induzida pelo abandono dos espaços por elas ocupadas, por um lado, e perante a actual ocupação do solo, considera-se imprescindível e necessário «reordenar» a paisagem do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Definir um novo modelo de ocupação do território, o qual permita o desenvolvimento deste espaço rural, modelo no qual prevaleça a interligação entre os espaços agrícola, agro-florestal e silvopastoril e onde se garantam as exigências de conservação do ambiente. Têm de ser criadas condições que, por um lado, fixem a população jovem do concelho e, por outro lado, atraíam novas camadas sociais.

A elaboração deste modelo teve na base da sua elaboração os conceitos de desenvolvimento sustentável e de multifuncionalidade, bem como as características biofísicas do concelho.

De acordo com as características biofísicas deste concelho, escolheram-se as espécies que permitam tirar maior partido do potencial ecológico e económico dos solos. A nível de espécies, a selecção recaiu sobre as autóctones. Ao se considerar a capacidade de uso dos solos procurou-se que os mais férteis fossem destinados à agricultura e pecuária e os marginais para o sector florestal. Para este sector, o florestal, tentou-se abordá-lo de forma holística e multidisciplinar, em que os espaços florestais são considerados

como suporte de ecossistemas que compreendem uma grande variedade de elementos interdependentes, produzindo bens e serviços, onde se procura a compatibilidade entre objectivos económicos, sociais, culturais e ecológicos.

Uma vez que para a existência de equilíbrio e estabilidade uma das condições principais baseia-se na diversidade, a elaboração do modelo de ordenamento considerou uma série de espaços para assim agrupar distintos usos do território: agrícola, olival/ amendoal, espécies ripícolas, vinha, sobreiro/ azinheira/ zimbro, castanheiro/carvalho negral, castanheiro/carvalho negral/ cipreste e vegetação espontânea (mato/pastagens) (Figura 5).

Apesar de se verificar um abandono paulatino dos espaços confinados à agricultura, devido ao elevado grau de envelhecimento da população e transferência de população activa do sector primário para o terciário e secundário, estes são privilegiados nesta proposta de ordenamento. Assim, a área do planalto, zona de menores declives e onde se encontram os solos mais ricos, é talhada para a actividade agrícola. A agricultura não é rentável nos moldes em que hoje se apresenta, uma agricultura com características tradicionais em que se procura, essencialmente, a produção de produtos que satisfaçam as necessidades dos agregados familiares. É preciso encontrar situações de equilíbrio biofísico e económico; à agricultura deve ser não só atribuída a função produtiva, mas também a de conservação do ambiente. Propõe-se a prática de uma policultura que associe a uma produção dominante outros produtos complementares, bem como a associação, a estes espaços, da criação de gado. É o retomar do sistema agro-pastoril. A criação de gado permite a obtenção de um leque variado de produtos passíveis de serem comercializados, como é o caso do leite, carne, couro, lã, ...bem como o aparecimento de alguma indústria como a de lacticínios. Este tipo de indústrias não iria só oferecer postos de trabalho à mão-de-obra não qualificada, mas também à mão-de-obra qualificada e a quadros técnicos, o que permitiria o regresso da população que saiu do concelho por motivos de formação e que, na maior parte dos casos, acaba por não regressar.

Para esta área mais plana do concelho, propõe-se ainda a existência de pequenas manchas de povoamentos florestais de carvalho, castanheiro e cipreste.



FIGURA 5 – PROPOSTA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO PARA O CONCELHO DE FIG. CAST. RODRIGO

O carvalho e o castanheiro são, também, utilizados na rearborização da Serra da Marofa. O carvalho é o representante mais importante, a nível arbóreo, da flora autóctone desta zona. A madeira destas duas folhosas pode ser utilizada na construção civil, na carpintaria e mobiliário, funcionando, deste modo, como uma fonte de matéria-prima. O castanheiro fornece, ainda, a castanha, fruto procurado nos mercados nacional e internacional.

Nas encostas dos rios Águeda e Côa, áreas de maior declive, continua a verificar-se a predominância das duas espécies mediterrâneas que actualmente lá se encontram, a azinheira e o sobreiro, juntamente com o zimbro. Para a encosta do Rio Águeda teve-se em atenção o facto de esta pertencer, bem como a encosta do Rio Douro, ao Parque Natural do Douro Internacional. É uma área em que a azinheira, localmente designada por carrasco, o sobreiro, os carvalhos e o lódão formam as principais manchas de vegetação.

Os montados de sobreiro e azinho são exemplos de sistemas agro-silvo-pastoris, ou seja, sistemas onde existe forte complementaridade entre

a agricultura, pecuária e silvicultura. É um sistema agrário tradicional de sequeiro caracteristicamente mediterrâneo que apresenta um elevado grau de multifuncionalidade. Como mediterrâneas que são estas duas quercíneas, são espécies muito bem adaptadas a regiões com Verões quentes e secos, como os do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, características que se acentuam nas encostas dos rios. Por outro lado, são espécies pouco exigentes a nível pedológico. Em termos económicos aquelas árvores são duas espécies rentáveis, embora a rentabilidade tenha de ser considerada a longo prazo, uma vez que são espécies de crescimento lento. O sobreiro para além da cortiça, fornece outros produtos com valor económico, os frutos e folhas que têm interesse para a alimentação animal. No entanto, o fruto também pode ser utilizado no fabrico de rações.

Actualmente, a madeira do sobreiro encontra-se desvalorizada. Contudo, esta situação aplica-se apenas para utilizações de madeira maciça. Assim, a madeira do sobreiro pode ser rentabilizada para a produção de carvão, o qual tem um grande poder calorífico. Das podas resultam despojos verdes que podem ser aproveitados para lenha e entrecasco. A lenha que, tal como o carvão, tem um grande poder calorífico, é essencial nos dias de Inverno. Praticamente todas as casas deste concelho têm lareira ou fogão a lenha, os quais são utilizados não só como fonte de aquecimento, mas também para fins culinários, o que pressupõe, pelo menos durante o Inverno, a poupança de outros recursos energéticos, em especial do gás. O aproveitamento do entrecasco verifica-se ao nível das actividades artesanais de curtimento de peles e couros.

Os produtos com valor económico associados à azinheira são muito semelhantes aos do sobreiro. Os montados de sobre e azinho têm uma flora espontânea muito rica e com aptidão aromática, condimentícia e medicinal, que poderão ter aproveitamento industrial e mesmo artesanal. Dessas plantas, destacam-se o tomilho, o alecrim, o rosmaninho, a camomila, as malvas, o hipericão, a bela-luz... O concelho reúne condições edafoclimáticas para o aproveitamento destes recursos naturais, que surgem associados ao coberto florestal, ou em áreas de terrenos mais pobres. Com o desenvolvimento destas culturas potencia-se o aparecimento de outra actividade paralela, a apicultura. Estes montados são igualmente ricos em cogumelos silvestres, alguns dos quais comestíveis e de elevado valor comercial, como é o caso dos mísscaros (*Tricholoma equestre*) e tortulhos (*Psalliota campestris*).

Se geridos devidamente, os montados são locais propícios à produção de fauna cinegética, como a perdiz, a lebre, o coelho e o javali. Podem ser também ecossistemas favoráveis a espécies da avifauna migratória. Desta forma, e de acordo com o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa (1998), “a actividade da caça é geradora de outros postos de trabalho a nível local e regional, contribuindo para a fixação sustentável das populações rurais e potenciando um conjunto muito diversificado de sectores da economia, sendo capaz de gerar receitas a curto prazo, anuais e à perpetuidade. Contribui também para a aproximação das populações urbanas ao mundo rural.”

Outra unidade de paisagem, ilustrada no modelo de ordenamento, é a que se refere à encosta do Rio Douro, onde predomina a cultura da vinha. Esta zona está incluída na Região Demarcada dos Vinhos do Alto Douro, na sub - região do Douro Superior, o que facilita a comercialização do vinho. Estas vinhas são intercaladas, nas áreas onde se acentua o declive, com olivais e amendoais, muitos dos quais, nos últimos anos, têm sido abatidos para dar lugar à vinha. Além da comercialização da amêndoa, esta árvore, no seu período de floração, tem atraído muitos turistas ao concelho, mas a área da amendoeira está a diminuir de ano para ano. A replantação da amendoeira é o «reatrair» da actividade turística, na tão designada «região das amendoeiras em flor». O regresso desses turistas leva, obrigatoriamente, à construção de infraestruturas para o seu acolhimento. No que respeita à oliveira, o seu fruto fornece um dos principais condimentos da cozinha portuguesa, o azeite.

A forma de ocupação do solo designada por mato/pastagem é uma área onde predomina a vegetação espontânea, cujo «ordenamento» deve ser devidamente controlado. Acerca desta vegetação espontânea e seus atributos, José Moreira da Silva diz: “Este ordenamento da vegetação espontânea, dentro e fora dos povoamentos florestais, permite uma diminuição do risco de fogo, a redução da erosão, o aumento da pastorícia, da apicultura e da caça, o melhoramento físico-químico do solo, da própria paisagem e do turismo.” (SILVA, 1993).

O freixo e o ulmeiro são as espécies utilizadas na arborização da área envolvente da Albufeira de Stª Maria de Aguiar, uma vez que, como espécies ripícolas que são, adaptam-se a zonas húmidas. A arborização desta área torná-la-ia num local apazível. Por sua vez a albufeira pode ser «explorada» a nível de recursos aquícolas, principalmente destinada à pesca desportiva. A pesca

desportiva é um novo incremento de aproximação do meio urbano ao rural, permitindo, de igual modo, a prática de actividades de ar livre.

Bordejando as principais linhas de água do concelho estão espécies igualmente ripícolas como o amieiro, choupo e salgueiro, visto serem espécies que têm necessidade de um elevado teor de humidade. Algumas áreas dos rios Côa e Douro, além de arborizadas, são locais de construção potencial de todo um conjunto necessário de infraestruturas de modo a transformá-las em praias fluviais. Tendo este concelho um Verão quente e situando-se longe da costa, este tipo de equipamento será, com certeza, rentável. Associado a estas praias fluviais estão os desportos náuticos, bem como o investimento no campo da hotelaria.

Uma racional organização do território, em que há uma perspectiva de multiuso dos recursos e do espaço, uma integração dos diversos sistemas, só traz vantagens económicas, sociais e ambientais. Económicas, porque há uma maior rentabilidade de todas as espécies, uma vez que foram seleccionadas de acordo com as condições biofísicas e a capacidade de uso do solo, permitindo o aparecimento de diversas indústrias e serviços, que por sua vez atraem capital proveniente de outras regiões. Sociais, uma vez que este aumento de riqueza produzida, proveniente também das novas indústrias e serviços, vai repercutir-se no aumento do nível e qualidade de vida da população. Ambientais, porque permite a protecção de recursos do solo e da água, a manutenção de condições de vida e protecção para a fauna e flora, a regularização do microclima, a purificação da atmosfera, o embelezamento da paisagem e o lazer das populações.

A implementação deste modelo exige, no entanto, uma série de transformações e modificações de fundo. Antes de tudo, é necessária uma mudança em termos de mentalidade, as populações deixarem de ver só o aspecto económico, principalmente no que se refere à floresta. A população deste concelho tem de reaprender a viver de forma harmoniosa e equilibrada com a agricultura, pecuária e silvicultura. Se, por um lado, os agricultores e/ou empresários têm de desenvolver uma mentalidade virada para a inovação, por outro lado, têm de se sentir responsáveis pelas suas terras e pelo destino das mesmas e, desta forma, pensar e repensar os problemas antes de agir.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. (2002), Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia, *Economia Rural*, vol 40, nº 2: 235-264, Abr/Jun, São Paulo
- ALVES, A. L. (Coord.) (2003), *O abandono da actividade agrícola. Grupo de trabalho Agro-Ambiental*, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa
- BERTRAND, G. (2002), Le paysage ou l'irruption du sensible dans les politiques d'environnement et d'aménagement, in *Une Géographie traversière*, C. et G. Bertrand, Ed. Arguments, Paris
- BIGANDO, E. (2006), *La sensibilité au paysage ordinaire des habitants de la grande périphérie bordelaise*, Thèse de Doctorat en Géographie de l'Université de Bordeaux 3
- BONNAL, P.; LOSCH, B.; BAINVILLE, S. (2000), *Points de repères sur la multifonctionnalité de l'agriculture: les dimensions nationales et internationales du débat*, Actes du séminaire, 21-24 Novembre 2000, Bouillante, Guadeloupe, pp 29-36
- CANCELA d'ABREU; CORREIA, TP; OLIVEIRA, R. (2004), *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Universidade de Évora, Ed. DGOT-DU, 5 vol, Lisboa
- CANCELA d'ABREU, et al, (2007), *Que multifuncionalidade? Uma abordagem aplicada ao ordenamento e gestão da paisagem*, Edição electrónica das Actas do III Congresso de Estudos Rurais, 1-3 Novembro, Universidade do Algarve, Faro
- CAVACO, C., (2005). As paisagens rurais: do "determinismo natural" ao "determinismo político". *Finisterra XI*, 79, pp73-101
- CARVALHO, M.L.S; LUCAS, M.R.D.V; HENRIQUES, P.D. (2004), *A multifuncionalidade na agricultura e as suas valências*, Edição electrónica das Actas do II Congresso de Estudos Rurais, 29 Setembro a 3 Outubro, Angra do Heroísmo, Açores
- CARY, F.C (1997), " Paisagem e agricultura", *Paisagem*, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, pp 49-65
- CLEMENTI, A. (2002), *Interpretazione di Paesaggio*, Ed Meltemi, Roma
- Convenção AgriCultural Europeia – Um futuro rural para uma Europa alargada* (2002)
- De la connaissance des paysages à l'action paysagère*, 2-4 Décembre 2004, Bordeaux, Ministère de l'Écologie et du Développement Durable/CEMAGREF.
- DEFFONTAINES, J.P (1996), Du paysage comme moyen de connaissance de l'activité agricole à l'activité agricole comme moyen de production du paysage, *Comptes Rendus de l'Académie d'Agriculture de France*, vol 82, nº 4, pp 57-79
- FIGUEIREDO, E., (1999), Ambiente rural – A utopia dos urbanos? *Desenvolvimento Rural: desafio ou utopia*, 50, pp 263-279
- DOMINGUES, A. (2003), Paisagens rurais em Portugal: algumas razões da polémica, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, vol XIX, Porto, pp 111-117

- LIMA, A.V. (2007), *A Agricultura no quadro da multifuncionalidade do rural: novas perspectivas para o desenvolvimento rural sustentável?* Edição electrónica das Actas do III Congresso de Estudos Rurais, 1-3 Novembro, Universidade do Algarve, Faro
- MOLLARD, A. (2003), Multifonctionnalité de l'agriculture et territoires: des concepts aux politiques publiques, *Cahiers d'économie et sociologie rurales*, nº 66, pp 28-54
- OLMO, R. M. (2009), *Paisajes, del conocimiento a la acción, la contribución geográfica*, conferência inaugural ao VII Congresso da Geografia Portuguesa, Coimbra
- PERRIER-CORNET, P. (org.) (2002), *Repenser les campagnes*, Ed. L'Aube, La Tour d'Aigues
- PINTO-CORREIA, T. (Coord.) 2006, *Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental. Análise das dinâmicas da ocupação do solo, do sector agrícola e da comunidade rural. Tipologia de áreas Rurais*. Universidade de Évora
- PINTO-CORREIA, T. (2007), Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise, *Inforgeo*, Julho, Ed. Associação Portuguesa de Geógrafos pp 67-71
- SOCIEDADE E TERRITÓRIO (2009), *Ocupação dispersa: problemática, custos e benefícios*, nº 42, Ed. Afrontamento, Porto